

Uma vida feliz

Memoirs of field-marshal the duke de Saldanha, with selections from his correspondence, pelo conde da Carnota, Londres, 1880, 2 vols.

A história destas *Memórias* ajuda a compreender a natureza da obra, em dois grossos volumes, que somam 925 páginas, que o conde da Carnota dedicou à vida de João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun. Saldanha travou conhecimento com John Smith Athelstane, um diplomata inglês erudito e pintor nas horas vagas, em 1827, durante a sua primeira estada em Londres. Apesar da diferença de idades — John Smith nascera em 1813 e João Carlos em 1790 —, entre os dois homens deve-se ter logo estabelecido uma grande simpatia. No ano seguinte, aquando do exílio em Londres, Saldanha passou a frequentar a casa do seu novo amigo com assiduidade, onde se sentia como em família. Nascera uma amizade para a vida inteira. O amigo tinha duas irmãs, e Saldanha, que propendia a abrir o seu coração a toda a gente, também concebeu logo por ambas um terno afecto. Mas até 1856 nada fazia supor que ainda viesse a ligar-se com uma delas em segundas núpcias. Assim aconteceu neste ano, em que o marechal, depois de ter casado em Paris com a pompa adequada ao seu renome e condição, desembarcou em Lisboa com a nova duquesa. Era dezoito anos mais nova do que o marido e acompanhou-o dedicadamente até à morte, ocorrida em Londres a 21 de Novembro de 1876.

Com o enlace da irmã, Athelstane passou de amigo a cunhado ou irmão. Em 1870, sem dúvida por influência de Saldanha, passou também a conde da Carnota, uma aldeia próxima de Alenquer, onde ele comprara o antigo convento de Santa Catarina. Segundo reclama, ninguém conviveu tão íntima e assiduamente com o duque ao longo de praticamente toda a sua vida, desde 1827 até à morte. A amizade que lhe votava, bem como a mais extremada

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

admiração, levaram-no a tomar sobre si a pesada responsabilidade de satisfazer o desejo, amiúde expresso por Saldanha, de que Athelstane «registasse e preparasse para publicação os traços mais salientes da sua carreira»¹. Para isso foi-lhe entregando «muitos valiosos documentos», determinando ainda que depois da sua morte o resto do espólio fosse confiado ao cunhado². E este desempenhou-se da obrigação contraída com todo o zelo do admirador indefectível que espera com a sua obra imortalizar a memória daquele que não apenas foi o «mais corajoso, mais honrado e mais puro dos homens»³, como também, durante quase cinquenta anos, «a alma da vida política de Portugal»⁴. Na reconstituição dessa memória, o autor é guiado por duas preocupações principais: corrigir alguns relatos «injuriosos» que circularam na época, inspirados, sem dúvida, pela inveja e pela maldade, e desvendar os «motivos, os sentimentos e os princípios» que nortearam a actuação de Saldanha nos momentosos acontecimentos que protagonizou. Embora não escritas pelo próprio, nem por isso estas *Memórias* deixam, pois, de ser, como todas as memórias, um exercício de justificação. Saldanha sai imaculado e engrandecido de todos os episódios relatados. Na realidade, as *Memórias* visam a glorificação de um herói, contando a sua lenda. Por isso, seguindo embora uma estrita ordem cronológica, a composição biográfica de Carnota mergulha o leitor numa espécie de intemporalidade: nada muda no mundo à volta de Saldanha, onde apenas ele avança de sucesso em sucesso, passeando a sua grandeza através do século. Ao ler as *Memórias*, não raro temos a sensação de que o autor encenou a sua personagem exactamente como este teria gostado de a viver e de se ver na vida real. Neste sentido, são umas memórias fiéis: fiéis à imagem que Saldanha tinha e queria dar de si. Esta identificação é tão mais perfeita quanto nem sequer falta ao autor a mesma surda vaidade com que o próprio Saldanha contemplava as proezas da sua vida e verificava a admiração dos seus contemporâneos. É que o esplendor do marechal-duque também se derramava por aqueles que, como Carnota, tinham o privilégio de brilhar ao lado dele em público e de privar com ele em casa.

Por conseguinte, como obra de história, a biografia é duvidosa. Ela apoia-se no testemunho directo do autor, nos particulares conhecimentos que lhe advinham do seu relacionamento pessoal com Saldanha e em documentos — na sua maioria correspondência — frequentemente seleccionados com patente parcialidade. São citados dois únicos autores: Simão Luz Soriano e José

¹ Pp. v-vi.

² Parte deste espólio foi herdado pelo filho e constitui hoje a «Colecção Carnotense» da Biblioteca Nacional. Este publicou também alguma correspondência de Saldanha: J. C. Henriques da Carnota, *Correspondência do duque de Saldanha*, Lisboa, 1905-1908.

³ P. vi.

⁴ P. vii.

Liberato Freire de Carvalho — um historiador e um memorialista que não primam exactamente por isenção. Mais empenhada em enaltecer o carácter de Saldanha do que em esclarecer os controversos episódios em que este esteve envolvido, a obra não desfaz as muitas perplexidades que o longo e atribulado percurso político de Saldanha suscita ao estudioso do século XIX. Mas, na medida em que consegue plenamente fazer sobressair a extraordinária carreira do homem, e sobretudo o exorbitante poder de que gozou durante mais de meio século, a biografia que Carnota escreveu deixa-nos a braços com o problema de saber o que é que na sociedade e na política portuguesas de então tornou possível a um indivíduo, por diversas vezes, erguer-se acima das instituições, sobrepor-se ao monarca, mandar no Estado e ditar o destino do país.

Saldanha nasceu em 17 de Novembro de 1790, neto, pelo lado da mãe, do «grande» marquês de Pombal. Pelo lado do pai, conde de Rio Maior, era também de pura cepa aristocrática. D. João VI e D. Carlota Joaquina foram os seus padrinhos de baptismo. Era o oitavo do que seriam nada menos do que vinte e dois filhos e foi naturalmente destinado para a carreira das armas, em que a sua boa estrela haveria de parecer apenas a confirmação de um inato e superior talento militar que se revelou logo nas campanhas da guerra peninsular, que o levaram, de vitória em vitória, de Albergaria (1809) até Bayonne, do lado de lá dos Pirenéus (1814). Aos 21 anos, várias vezes condecorado e várias vezes promovido, apreciado e protegido por Beresforde, já tinha uma reputação estabelecida. Também já revelara uma das suas fraquezas de toda a vida. Nas cartas a um irmão mencionava sempre os elogios que recebia dos seus superiores e as provas de carinho que lhe davam os seus camaradas. Gostava e precisava de ser admirado e amado.

Mas foi no Brasil que começou propriamente a lenda. Em 1817, com 27 anos, foi destacado com mais 5000 «voluntários reais» para guarnecer o Rio Grande do Sul e ocupar a região platina. No ano seguinte era promovido a brigadeiro e foi-lhe confiado o comando de duas das três divisões que ali operavam contra o intrépido guerrilheiro Artigas. Durante os seis anos que durou a guerra, a diligência, a perícia e a valentia que exibiu valeram-lhe a fama de «invencível»⁵. Os seus dotes de administrador não se revelaram inferiores. Nomeado capitão-geral do Rio Grande, ganhou, graças, alegadamente, a um inalterável sentido de justiça e a uma probidade nunca desmentida, a estima e o respeito de toda a população. Depois veio a independência do Brasil (1822). D. Pedro chamou-o ao Rio e aliciou-o com a oferta do marquesato, do marcharelato e das terras que quisesse. Mas Saldanha, que toda a vida quis ser o súbdito mais fiel do seu soberano legítimo, entendeu que a sua lealdade e os seus deveres de português lhe

⁵ P. 27, 1.

ditavam o regresso a Lisboa, onde, entretanto, D. João VI já se encontrava, aparentemente resignado à desqualificada condição de rei constitucional. Saldanha partiu em Janeiro de 1823 e chegou a Lisboa com 6 libras no bolso. Toda a vida se orgulharia de continuar pobre e de em momentos de particular aperto ter beneficiado da generosidade desinteressada de muitos amigos anónimos.

As Cortes e o governo mandaram-no reconquistar o Brasil, mas negaram-lhe os meios que pudessem emprestar à empresa a mais ténue probabilidade de êxito. Ele, que «nunca temera os riscos da guerra», temia, sem dúvida, a «deshonra»⁶. Deixou-se prender no Castelo de São Jorge, donde fugiu durante a Vilafrancada para oferecer os seus serviços a D. João VI. Restituído o rei aos seus «inauferíveis direitos», deu a sua missão por terminada e pediu, com típica teatralidade, para ser reconduzido à prisão e demitido dos comandos em que fora entretanto investido. Em vez disso, foi nomeado comandante de uma força de 7000 a 8000 homens no Alentejo, destinada a defender o país de uma possível invasão espanhola. Dali a pouco vem a ser nomeado governador militar do Porto em Abril de 1825. Começaria aqui, firmemente escorada na sua glória militar, uma carreira política cujo primeiro acto assinalável seria a proclamação da Carta Constitucional outorgada por D. Pedro a partir do Rio de Janeiro e chegada a Lisboa no princípio de Julho de 1826. Como a regência parecesse ignorá-la, deu-lhe exactamente até ao fim desse mês para que a mandasse jurar por todas as autoridades do país. Caso contrário, ele próprio marcharia sobre Lisboa à frente das tropas estacionadas nas províncias do Norte. Com esta ameaça, Saldanha inaugurou o que seria o seu padrão de actuação para o futuro. A regência e o governo inclinaram-se. «Sem isto», escreveria Saldanha a D. Pedro V em 1860, «a Carta Constitucional teria ficado letra morta [...] e a augusta mãe de Vossa Majestade teria permanecido princesa do Grão-Pará»⁷. Possuído da convicção de que os reis de Portugal lhe deviam o trono e de que os Portugueses lhe deviam a Liberdade, sempre se considerou especialmente autorizado para aconselhar os primeiros e presidir ao destino dos segundos. Quando abandonou o Porto para ir ocupar o cargo de ministro da Guerra (1-8-1826), Passos Manuel saudou-o, numa ode especialmente composta para a ocasião, como «Pai, Fundador da Lusa Liberdade». Tomou um banho de multidão e saboreou as doçuras do amor popular. As ruas por onde passou forraram-se de damascos pendidos das janelas e milhares de pessoas apinharam-se na Foz para se despedirem do general.

Chegado ao Ministério da Guerra, verificou que lavrava a sedição nas fileiras militares. Foi implacável. Dissolveu os regimentos rebeldes, transfe-

⁶ P. 58, 1, carta de Saldanha ao ministro da Guerra de 8-2-23.

⁷ P. 99, 1, carta de 11-1-60.

riu ou prendeu oficiais e riscou muitos deles das listas do exército. Mas recompensou os fiéis, e com isso iniciou uma teia de relações e lealdades pessoais que lhe haviam de valer pela vida fora. Quando viu que não conseguia sufocar os levantamentos miguelistas a partir do Terreiro do Paço, formou uma divisão de 4000 homens, galvanizou-os com um discurso ardente de patriotismo e conduziu-os ao Algarve. «Há muito» que Saldanha, conforme escreveria mais tarde a D. Pedro IV, «tinha resolvido dar a vida pelo rei e pela Carta»⁸. Dez dias depois (25-10-26), em Tavira, podia proclamar que a rebelião estava extinta. Por esta altura, o herói do conde da Carnota começou a ser alvo de «um sentimento de ciúme pela sua crescente popularidade e influência»; e começou também a ganhar fama de «republicano e anarquista»⁹, uma imputação que o biógrafo repudia com indignação.

Essa fama, no entanto, agravou-se com o episódio das *archotadas* (24-7-27), durante o qual Saldanha teve uma vez mais o ensejo de saborear os aplausos populares. Convencido da cumplicidade do governo com a sedição miguelista, demitiu-se a fim de, conforme escreveu a D. Pedro IV, não «comprometer» a sua «honra impoluta e a sua fidelidade»¹⁰. Conhecida a sua demissão do ministério, 6000 pessoas saíram à rua para um protesto que continuou pela noite fora, à luz de archotes. No São Carlos, durante os intervalos, o público vitoriava o general. A tropa também lhe deu vivas e as manifestações estenderam-se ao Porto e até a algumas localidades da província. Depois de uma breve residência forçada em Oeiras, Saldanha partiu em Outubro para Londres com a mulher e os três filhos.

Ao longo do ano de 1827 escrevera várias vezes a D. Pedro implorando-lhe que viesse a Portugal impor a sua autoridade e os direitos da sua filha ao trono, porque ambos estavam fatalmente ameaçados, apesar dos seus desesperados esforços para os sustentar. Em Londres, o convívio com alguns generais espanhóis convenceu-o de que estava para breve um movimento armado destinado a colocar D. Pedro IV no trono dos dois reinos peninsulares. Como a «glória» e a «felicidade» de D. Pedro constituíam «os únicos objectivos» da sua vida, fez-se ao mar e em 20 de Março de 1828 entrou no Tejo¹¹. Mas D. Miguel já cá estava desde o mês anterior e a «usurpação» progredia a olhos vistos. Em 10 de Maio, Saldanha escreve uma carta a D. Pedro em que já se assume como o caudilho militar que, se por ora ainda só oferece os seus serviços ao soberano, no futuro haverá de lhos impor quando este os não solicite livremente¹². Segundo afirma, dispõe da fidei-

⁸ P. 126, I, carta de 4-5-27.

⁹ P. 117, I.

¹⁰ P. 148, I, carta de 2-8-27.

¹¹ PP. 171-171, carta a D. Pedro IV de 18-2-28.

¹² P. 179, I, carta de Maio de 1828, sem indicação do dia.

dade de «cada um dos regimentos da capital» e pode contar com o aplauso de «quatro quintos dos habitantes». E de norte a sul de Portugal, «das partes mais remotas do reino», chegaram-lhe mensagens de oficiais a oferecerem-se com as suas tropas. Esta lealdade, dizia ainda, era o resultado «das transferências que tinha ordenado no exército». Mas devia ele actuar? Tudo bem pesado, D. Miguel era o representante da «augusta pessoa de Sua Majestade Imperial e Real», D. Pedro IV, e até ao momento a conduta de D. Miguel ainda não tinha «mostrado com suficiente clareza» que ele estivesse determinado a «usurpar» o trono. Nestas condições, uma «reação» pareceu a Saldanha de legitimidade duvidosa e por isso reembarcou para Londres, tanto mais que a sua presença em Lisboa dava pretexto ao governo para proceder contra «os verdadeiros amigos» de D. Pedro. Não querendo que estes perdessem «os lugares» que ainda conservavam, Saldanha achou mais prudente regressar a Londres¹³. Carnota, naturalmente, subscreve esta versão, que quadra bem com a índole magnânima do seu herói. Como subscreve também a atabalhoada explicação que o próprio dá sobre o papel que desempenhou no caricato episódio da *Belfastada*, ocorrido em Julho de 1828, e no termo do qual o exército liberal se viu compelido a retirar para a Galiza, abandonado pelos generais que tinham vindo de Londres para o comandar. Houve quem insinuasse cobardia e traição. Mas o futuro marechal encontrou nos irmãos Passos dois incansáveis defensores da sua honra ofendida e a sua fama de intrépido lutador pela liberdade sobreviveu aos acontecimentos.

A sua fama e prestígio nos meios radicais do exílio aumentou quando, em Janeiro de 1829, foi impedido pela marinha inglesa de desembarcar na Terceira com um contingente de 600 homens. Fama e prestígio ainda acrescentados, nos anos que a seguir passou em França, pela amizade de Lafayette, ao lado de quem viveu «quase constantemente» as empolgantes jornadas da gloriosa revolução de Julho de 1830 em Paris. Esta amizade valeu-lhe a obtenção de subsídios do governo francês, que ele distribuía com a sua proverbial generosidade pelos emigrados, que lhe pagaram com estima e gratidão. Ao excluí-lo da expedição a Portugal que estava a organizar, D. Pedro IV contribuiu decisivamente para firmar a sua aura de chefe político e militar da esquerda liberal. E quando depois, no Outono de 1832, perante o impasse militar vivido no Porto, D. Pedro acabou por chamá-lo, considerou-se publicamente justificado e regressou como salvador. Em 28 de Janeiro de 1833 desembarcou no Porto, que o recebeu no meio de gáudio e aclamações gerais. D. Pedro, que já o fizera conde, promoveu-o a marechal de campo e confiou-lhe o comando de uma das três divisões em que se dividiu o exército liberal. Saldanha pôs mãos à obra e ordenou logo grandes alterações nas linhas de defesa da cidade, tornando-a virtualmente inexpugnável.

Com isso, conforme exclamou, «a causa da rainha e da liberdade ficou salva»¹⁴. O *Times* noticiou uma espécie de prodígio: «As fortificações, como por encanto, ergueram-se dos pés do general Saldanha¹⁵.» O 4 de Março, em que um violento ataque miguelista foi repellido, tornou-se uma data histórica: «A salvação da cidade e do exército constitucional deveu-se ao conde de Saldanha¹⁶.» Em pouco tempo «eclipsara» Solignac, que dali a pouco se demitiria por D. Pedro ter rejeitado os seus planos em favor de um outro apresentado por Saldanha, que consistia em organizar o desembarque das tropas liberais no Sul do País e tentar a partir daí a conquista de Lisboa. A 14 de Junho, Saldanha é nomeado chefe do estado-maior do imperador, ou seja, para todos os efeitos práticos, comandante-chefe do exército liberal.

Em 25 de Julho, o exército liberal do Porto, comandado por Saldanha, repeliu, numa batalha que durou nove horas, o mais violento ataque miguelista de sempre, agora dirigido pelo temível general Bourmont. É que Saldanha não era apenas um grande estratega. Era um grande soldado que com o exemplo da sua abnegação, do seu sacrifício e da sua coragem levava os seus homens a obrar prodígios de valentia. «Nunca», escreve Carnota, «general algum teve mais confiança nos seus oficiais e soldados: nunca os soldados e oficiais tiveram mais confiança no seu general¹⁷.» Depois de algumas surtidas vitoriosas levadas a cabo em Agosto, as tropas miguelistas foram arredadas da cidade e o cerco foi levantado. Saldanha apressou-se a partir para Lisboa antes que as tramas dos seus «opponentes invejosos» produzissem o efeito de o manter afastado da vitória final, que já se avizinhava. Em Lisboa faziam-se preparativos para receber D. Maria, que chegou ali em 22 de Setembro. Em cima do palanque armado no Terreiro do Paço, D. Pedro ter-lhe-á dito: «Maria, não te apresento o tenente-general conde de Saldanha, que já conheces, mas o marechal Saldanha, a quem tu deves o estar hoje aqui¹⁸.» Pouco importa que fosse verdade ou pura lenda a que Carnota deu foros de realidade histórica. Em qualquer dos casos, o certo é que serviu para cimentar a identificação de Saldanha como o salvador da causa de D. Maria e, por extensão, da liberdade em Portugal. O próprio e o seu biógrafo, pelo menos, nunca tiveram dúvidas a tal respeito.

Entretanto, e como vimos, também se cimentara a sua fama de «invencível». Segundo afirma Carnota, D. Pedro aceitava os seus planos mais temerários com o seguinte comentário: «Não me oponho. Tenho-o visto realizar tais milagres¹⁹!» Nos dias 10 e 11 de Outubro, Saldanha realizou mais um desses

¹⁴ P. 262, I, exclamação citada por Carnota.

¹⁵ P. 264, I, cit. por Carnota.

¹⁶ P. 271, I.

¹⁷ P. 296, I.

¹⁸ P. 332, I.

¹⁹ P. 339, I.

milagres: atacou com êxito as tropas miguelistas que cercavam a capital. D. Pedro ordenou que o medalhão de bronze com a efigie do marquês de Pombal voltasse, em homenagem ao neto, a ser colocado no pedestal da estátua equestre de D. José no Terreiro do Paço. No ano seguinte somou condecorações e triunfos, coroados pela brilhante vitória de Almostriz, que, no dizer de Carnota, «determinou o destino de D. Miguel e firmou a rainha D. Maria no seu trono». Depois da vitória, como, de resto, sempre fazia no fim de cada batalha, mandou a D. Pedro a lista dos oficiais que mais se tinham destacado, deste modo continuando a aumentar o número dos seus fiéis.

Quando terminou a guerra civil, em Maio de 1834, a principal e essencial base do seu poder estava, pois, solidamente erguida. Era um vencedor com provas dadas em inúmeras campanhas. Era um chefe temido e amado. Logo a seguir ao imperador, o exército era dele. De entre os comuns mortais, apenas o duque da Terceira podia rivalizar em prestígio e autoridade. Mas Terceira não tinha ambições políticas pessoais: era e seria sempre um simples servidor de reis, inteiramente votado a realizar-lhes os seus desejos. Saldanha tinha ambições e um conceito diferente dos seus deveres. Era ele o fiel intérprete dos superiores interesses do país, que estavam acima da vontade de reis que umas vezes estavam «coactos», outras mal esclarecidos e pior aconselhados. Quando se verificava um destes casos, o marechal desembainhava a sua espada para bem deles próprios e da pátria. Não era então o «súbdito fiel» que se prezava de ser? Nem ele nem Carnota achavam contradição entre a lealdade devida ao soberano e o facto de pegar em armas contra um ministério investido com a confiança régia. Não era ele como um segundo pai de D. Maria? Dizia que sim, que era, que D. Pedro lha confiara na hora da morte e que a amava tanto como «amava» a sua «única filha». Pusera-a no trono e, por extensão, aos filhos que lhe sucederam. Carnota não tem uma dúvida: «sem um Saldanha» nunca se teria verificado «a expulsão de D. Miguel de Portugal»²⁰. Julgava-se, portanto, com direito a intervir na sua imaginária qualidade de pai adoptivo e de guardião do trono constitucional. Limitava-se, afinal, a cumprir uma obrigação, ele que nunca recusava nenhuma e aceitava todos os sacrifícios com «desinteressada devoção à causa pública». Por isso agiu em 1837, em 1851 e em 1870. E nos intervalos em que não estava no poder, quer andasse pela Europa a gozar as delícias mundanas da vida diplomática, quer estivesse na sua quinta em Cintra a ensaiar novos métodos agrícolas, Saldanha continuava sempre a existir como uma referência incontornável da vida política portuguesa.

Por certo que não teria alcançado um poder tão exorbitante se D. Pedro IV não tivesse morrido e os seus herdeiros políticos tivessem conseguido

firmar a legitimidade do governo constitucional. Mas o imperador morreu em Setembro de 1834, deixando no trono uma rainha de 14 anos e no país um regime desprovido de raízes na província e falho de aceitação entre as autoridades sociais tradicionalmente reconhecidas. Com a morte de D. Pedro IV; com a óbvia incapacidade da pequena rainha para arbitrar as lutas entre facções; e com a impossibilidade de qualquer destas se legitimar no poder mediante eleições livres e honestas, começou na nossa história a «era dos generais»: o único verdadeiro poder residia, em última instância, na força armada. O duque da Terceira era o marechal dos «amigos de D. Pedro» e de todos os liberais mais conservadores. A esquerda, como vimos, tinha os olhos postos no conde de Saldanha. Durante algum tempo, Saldanha prestou-se ao jogo, mas logo em 1835 começou a distanciar-se dos seus antigos aliados, que pela boca de Leonel Tavares lhe disseram que era «agora o dever de todos os homens honestos lutar contra a existência política de Sua Ex.^a»²¹. Saldanha respondeu-lhe que muito grato ficaria a quem pudesse liquidar a sua carreira política «sem com isso pôr em perigo a existência do meu país»²². Sempre se julgou indispensável.

O pronunciamento cartista que chefiou em 1837 juntamente com o duque da Terceira — a famosa «revolta dos marechais» — resultou em fracasso e levou-o a um segundo exílio em Paris, abreviado pela amnistia de 4 de Abril de 1838. Em Julho de 1839 estava de volta a Lisboa. Depois de duas missões diplomáticas em Madrid e em Londres, graças às quais, no dizer de Carnota, «salvou o país», respectivamente, da «guerra e invasão estrangeira» e da «perda das colónias», em 1841 foi nomeado embaixador em Viena de Áustria. A Europa teve então oportunidade de conhecer «as suas virtudes e os seus méritos». Todos os soberanos dos «principais estados europeus» honraram Saldanha «com as insígnias das suas mais elevadas ordens»; e todos os «homens de Estado e generais» o distinguiram com «provas da sua admiração e estima»²³. Adquiriu, portanto, renome junto dos grandes do mundo e durante algum tempo pareceu desinteressado do que se passava na pátria. Também aproveitou o tempo para dar largas à sua veia filosófica, já despertada anos antes em Paris. Ali iniciara as suas reflexões sobre a concordância entre o *Livro do Génesis* e as mais recentes aquisições da geologia, que resultaram agora num trabalho de que mandou um excerto impresso a Lord Russel. Conheceu Schelling durante uma das suas estadas em Carlsbad, e tal foi o entusiasmo que começou a escrever um livro intitulado «Filosofia de Schelling». Em 1845, quando estanciava uma vez mais em Carlsbad, morreu-lhe o filho Augusto, conde de Almoester. Saldanha nunca mais voltou a

²¹ P. 429, I.

²² P. 430, carta a Leonel de 16-7-35.

²³ P. 48, II.

Viena e passou o Inverno de 1845-1846 em Bruxelas. Ali recebeu, datada de 9 de Março de 1846, uma carta profética de Reis e Vasconcelos: «É minha opinião que V. Ex.^a ainda será chamado a salvar a rainha de ser expulsa do País²⁴.» Em Portugal abeirava-se o fim do consulado de Costa Cabral, que acabou expulso do poder pela Maria da Fonte em 20 de Abril. Saldanha começou então a ser inundado por uma avalanche de cartas que de cá lhe escreviam pessoas «de todos os partidos», implorando-lhe que regressasse a Portugal. Só num dia recebeu nada menos do que setenta e cinco. A princípio Saldanha resistiu e continuou entregue às suas investigações filosóficas. Em 31 de Maio ainda escrevia a um amigo que lhe mandasse «as melhores traduções de Sócrates, Platão e Cícero» e que o informasse sobre quais eram os autores, «antigos e modernos», que tinham escrito com mais competência sobre «a existência de Deus e a imortalidade da alma»²⁵. E em 9 de Junho, em carta a Carnota, ainda continuava decidido a «desprezar o mundo como este merece»²⁶. Entretanto, continuavam a chover os apelos para que salvasse a pátria e o próprio Palmela lhe rogou que viesse «ajudar o governo a defender o trono da rainha»: «A tua ajuda é essencial²⁷.» Silva Carvalho confirmou: «A dinastia está ameaçada.» Ameaçada à esquerda e à direita, pelos anarquistas e pelos miguelistas. Em 23 de Julho de 1846, Saldanha dava entrada no Tejo. Para provar que «estava decidido a dizer adeus à política»²⁸, conforme informou a rainha, demitiu-se de conselheiro de Estado (o que a rainha não aceitou) e disse a Palmela que nem pensar em assumir a presidência de um novo governo. Estávamos em 12 de Setembro.

Nesta altura já Saldanha tinha bem firmada uma sua convicção de toda a vida: a de que os partidos «arruina[va]m o país» e eram um estorvo insuperável à conciliação da família portuguesa e, por conseguinte, à prosperidade de Portugal. Desesperado por falta de uma liderança que pudesse reunificá-lo e reconduzi-lo de volta ao poder, o «Partido Cartista» dirigiu um apelo lancinante a Saldanha e prometeu-lhe apoio incondicional. Garantiu-lhe que era ele, «coberto de louros», coroado de vitórias em «cem batalhas», dotado de «superior talento», o único homem capaz de salvar o país da anarquia. Lembrou-lhe que «a filha de D. Pedro» e a «nação portuguesa» contavam, «na hora da aflição», com «o [seu] braço, a [sua] espada e o [seu] conselho»: por certo que ele não recusaria «acrescentar mais este sacrifício a todos os outros que tornaram a vida do marechal Saldanha um modelo de abnegação e patriotismo»²⁹. E, finalmente, asseverou-lhe que «o

²⁴ P. 61, II.

²⁵ P. 70, II.

²⁶ P. 71, II.

²⁷ P. 73, II.

²⁸ P. 82, II.

²⁹ P. 86, II.

Partido Cartista não impõe condições». A carta, datada de 23 de Setembro, era assinada por uma longa lista de individualidades, à cabeça das quais vinham o duque da Terceira e o marquês de Fronteira. A partir de Cádiz, Lopes de Lima garantiu-lhe a fidelidade do conde de Tomar, exilado em Espanha. O conde, dizia Lima, estava disposto a ser «o mais leal soldado do seu exército»³⁰.

O marechal respondeu a 24: reafirmou a exigência de uma «completa renúncia a qualquer sentimento pessoal», que era uma maneira de dizer que escolheria os seus homens sem olhar a partidos, e declarou-se disponível para formar um ministério: «Estou sempre pronto a fazer todos os sacrifícios quando o bem-estar do meu País, e, conseqüentemente, o trono da nossa rainha estão em causa⁵¹.» Carnota acredita piamente que todo o Partido Cartista se entregou de alma e coração nos braços de Saldanha. Na realidade, começou aqui um atribulado e perverso relacionamento entre o Partido Cartista, que era, afinal, o partido cabralista, e o marechal, em que aquele procurava servir-se deste para recuperar o poder e restabelecer o antigo exclusivismo partidário e em que este procurava servir-se daquele para destruir o radicalismo e «amalgamar» os partidos ao centro. Este jogo de equívocos, deliberadamente alimentado de parte a parte, duraria até 19 de Junho de 1849, quando o conde de Tomar, graças ao favor da rainha e à benevolência do exército, «destrona» Saldanha e este concebe a vingança que resultaria no pronunciamento militar da Regeneração, ocorrido em Abril de 1851.

Os seus planos para reconciliar a família portuguesa tiveram de ser adiados por causa da guerra civil da Patuleia, que sobreveio como reacção ao golpe de Estado palaciano ocorrido nos dias 5-6 de Outubro, na sequência do qual Palmela foi substituído por Saldanha na presidência de um novo governo. O duque (elevado por decreto de 4-11-1846) nenhuma oportunidade teria para governar, pois em finais de Novembro deixava Lisboa à frente do exército para combater as tropas rebeldes da Junta do Porto. Depois do glorioso triunfo da batalha de Torres Vedras (22 de Dezembro), obtido graças ao «valor que anima os peitos de homens leais empenhados na causa santa e justa que nós defendemos»³², o marechal nada mais empreendeu de decisivo, alegadamente porque de Lisboa não lhe enviavam os reforços necessários em homens e munições para que pudesse acometer de novo o inimigo³³. Em fins de Dezembro pôs-se em marcha para o Norte e em fins de Janeiro acampou em Oliveira de Azeméis, donde não mais sairia até ao fim

³⁰ P. 90, II.

³¹ P. 88, II.

³² P. 137, II, carta de Saldanha a D. Fernando de 25-12-46.

³³ P. 148, II.

da guerra. Mal ali chegou, logo viu que, entrincheirado no Porto, o inimigo era inexpugnável, sobretudo desde a adesão dos miguelistas ao partido da Junta. A força de que dispunha era insuficiente para sequer «começar o cerco da cidade»; e com a entrada em cena dos miguelistas «será extremamente difícil, se não impossível, obter um resultado com sucesso»³⁴. Pediu por isso que o governo requeresse «a intervenção armada dos aliados da coroa a fim de sustentar essa coroa»³⁵. Não queria uma *mediação* estrangeira, porque isso equivaleria a que tanto a rainha como os «rebeldes anarquistas» fossem tratados em pé de igualdade³⁶. Mas, por fim, explica Carnota, «a inevitável força das circunstâncias ultrapassou a sua repugnância». Perante a impotência militar e a total paralisia do governo de Lisboa, Saldanha «decidiu aconselhar a rainha a aceitar a proposta mediação»³⁷. A 13 de Março, Saldanha escreve duas cartas ao rei neste sentido. Nas presentes condições, «considero indispensável aceitar a mediação oferecida pelo governo inglês». Essas condições incluíam a possibilidade de o inimigo «dentro em breve poder passar à ofensiva». Pedia, no entanto, para ser substituído no comando do exército antes da chegada do mediador inglês ao Porto³⁸. Ele, com o peito forrado de medalhas, não queria sofrer uma semelhante humilhação.

Suas Majestades deixaram de responder às cartas dele. Também não o substituíram, e ele resignou-se a continuar no comando do exército da rainha, embora fosse esse o maior sacrifício de todos quantos fizera pelo trono e pela pátria³⁹. Não queria que dissessem que alguma vez na vida tinha posto o «orgulho ou capricho» acima do «dever»⁴⁰. Mas sabia que ninguém lhe agradecia. Estava habituado: «Aos 16 anos de idade, comandeí uma companhia. Nos 42 anos que servi, detive várias vezes os mais altos cargos do Estado. Em mais de uma ocasião, sacrifiquei fortuna e honras à minha fidelidade ao meu soberano legítimo. Conheço o mundo; e fria ingratidão tem sido a minha única recompensa⁴¹.» Eis como ele se retrata e como Carnota reproduz o retrato dele. Um herói e quase um santo. A «fria ingratidão dos homens» não o revoltava, mas inspirou-lhe uma amarga melancolia. Que tolice, escreve à duquesa, as pessoas apegarem-se «às coisas deste mundo» tão efêmero. Tratar «das nossas almas» é que era preciso. «Como eu tenho pena dos que não gozam da doçura da verdadeira fé⁴²!» Sabia que em Lisboa

³⁴ P. 153, II, carta a D. Fernando de 28-2-47.

³⁵ Id., pp. 153-154.

³⁶ Id., *ibid.*

³⁷ P. 155, II.

³⁸ Pp. 159-161, II, duas cartas a D. Fernando de 13-3-47.

³⁹ P. 168, II, carta a D. Fernando de 3-4-47.

⁴⁰ P. 189, II, carta ao rei de 30-4-47.

⁴¹ P. 171, II, carta à rainha de 11-4-47.

⁴² P. 173 e 175, cartas à duquesa de 6 e 24-3-47.

fervilhavam as intrigas contra ele. Não se importava: «Eu não me esforço por conquistar o aplauso dos homens. Esforço-me por servir bem a minha rainha e o meu país, de acordo com a minha própria consciência.» Calúnias e intrigas, «dezezo isso completamente». Os louvores do mundo envaidecem. «É ter muito amor de si próprio desejar ser estimado por toda a gente — que tudo contribua para a nossa glória.» Bem vistas as coisas, Portugal não o merecia: «É um grande infortúnio para um homem honroso nascer num país pequeno [...] é mesmo uma coisa muito triste⁴³.»

Depois da Convenção de Gramido (29-6-47), que pôs cobro à guerra, Saldanha entrou no Porto com o exército leal a 7 de Julho. De novo a cidade o recebeu em festa. Dali deu uma volta pelo Minho, aproveitando para nomear diversas autoridades locais, que lhe ficaram para sempre agradecidas, e no fim do mês estava de regresso a Lisboa, que o recebeu com «grandes demonstrações de respeito e alegria». Em 18 de Dezembro formou um governo de que continuou presidente. O ministro do Reino, um «ultra» do cabralismo, teve a audácia de exonerar as autoridades que ele tinha pessoalmente nomeado no Minho «na qualidade de lugar-tenente da rainha». Obrigou-o a demitir-se e explicou aos colegas: «Não sacrificarei a minha honra ou o respeito por mim mesmo nem pela rainha nem mesmo pelo meu país: menos ainda pelo sr. Gorjão⁴⁴.»

Dadas as suas funções ministeriais — a partir de Março de 1848 ficou também com a pasta do Reino —, passou a marcar presença assídua no parlamento. Carnota revela-nos então mais uma faceta gloriosa do marechal: era um orador sublime, perante o qual a Câmara emudecia de admiração e respeito. No final dos seus discursos, os deputados acotovelavam-se para o cumprimentarem; os mais entusiastas chegavam a ir felicitá-lo a casa. A importância do que dizia ainda aumentava com a «voz sonora», com a «fluência verbal sem hesitações» e a «nobre presença», que impressionava pela «virilidade e sinceridade do orador». Em Janeiro de 1848, Saldanha falou horas a fio. Passou em revista as vicissitudes da sua vida, que começavam a confundir-se com as da pátria. Estava outra vez seguro no poder. Mau grado a ingratidão humana, a rainha distinguiu-o com o mais alto e mais honroso cargo palatino que havia: nomeou-o mordomo-mor em virtude da «ilimitada confiança» que depositava nas suas «elevadas virtudes morais, cívicas e religiosas» e também pela sua «pura lealdade para com ela própria e a família»⁴⁵. De Madrid, onde estava como embaixador, Tomar escreveu-lhe a felicitá-lo e aproveitou até para exprimir apreço e prometer apoio à

⁴³ Pp. 187-188, II, carta à duquesa de 22-4-47.

⁴⁴ P. 211, II, carta aos colegas de governo de 24-1-48.

⁴⁵ P. 240, II, carta régia de 19-9-48.

sua acção governativa⁴⁶. Estava o duque nesta altura ainda longe de pensar que o conde em breve lhe tiraria o lugar.

Mas Tomar continuava a ser o favorito de D. Maria II. Quando a oportunidade surgiu, em meados de 1849, a rainha preteriu Saldanha a favor do marquês de Fronteira, um fanático do cabralismo. Saldanha considerou o caso «uma das maiores humilhações» que jamais sofrera⁴⁷. Embora Carnota atribua o facto a problemas de saúde conjugados com a «corrupção dos tempos», a verdade é que Saldanha se demitiu porque o exército não deu sinais de que estaria disposto a mexer-se por ele. Isto significava que também não se oporia a um regresso do conde de Tomar, o qual se verificou em 19 de Junho. Saldanha, é claro, prometeu-lhe apoio. Esperou, também ele, pela sua oportunidade. Em 5 de Fevereiro de 1850, discutindo-se na Câmara dos Pares as notícias escandalosas publicadas na imprensa sobre o presidente do conselho de ministros, Saldanha votou favoravelmente a que este se explicasse nos tribunais. A 7 de Fevereiro foi demitido de mordomo-mor; a 12 é-lhe aceite a demissão de conselheiro de Estado; a 13 é demitido de primeiro ajudante de campo de el-rei e de vogal do Supremo Tribunal de Justiça Militar. «O conde de Tomar declarou-me guerra total», diria mais tarde⁴⁸. A partir daqui, Saldanha preparou-se para a desforra.

Costa Cabral reacendeu, de cima abaixo na sociedade portuguesa, os velhos ódios já exuberantemente manifestados aquando da revolução da Maria da Fonte, que o derrubou. Também o efeito dos ecos revolucionários da Europa não se tinham por cá ainda completamente extinguido em 1850. Saldanha começou a recear que houvesse um «levantamento» e que este «se tornasse geral». «Quem», interroga-se, «será capaz de salvar a rainha, e talvez a Dinastia, se uma revolta popular eclodir?» Perante os perigos que ele dizia que espreitavam, já começava a «sentir escrúpulos» pela sua «inacção». Não tinha dúvidas: «No momento em que um movimento popular se manifeste, os verdadeiros amigos da rainha, do trono e da Carta» devem agir «imediatamente» e «forçar o governo a demitir-se»⁴⁹. A bem da salvação do trono da rainha e da dinastia, claro está.

O movimento popular não apareceu, e o marechal resolveu agir. O «Partido Progressista», através do conde das Antas, ofereceu-lhe os seus serviços e prometeu obediência. Saldanha recusou: «Eu não consentirei que a vossa revolução tenha lugar, pois tenciono eu próprio fazer uma⁵⁰.» Queria fazer uma «revolução» puramente militar em resultado da qual, escorado no apoio unânime do exército, se achasse dono e senhor do poder e livre das imperti-

⁴⁶ PP. 241-242, II, carta de 8-11-48.

⁴⁷ P. 248, II, carta à rainha de 16-6-49.

⁴⁸ P. 264, II, discurso na Câmara dos Pares em 26-3-51.

⁴⁹ P. 260, II, carta ao barão de Ourém de 21-8-50.

⁵⁰ P. 267, II, diálogo com o conde das Antas reproduzido por Carnota.

nências partidárias. No dia 7 de Abril de 1851 saiu de Lisboa, acompanhado do filho e dos ajudantes de ordens, e dirigiu-se para Sintra e Mafra, por onde decidira iniciar o pronunciamento. O inesperado aparecimento em campo de D. Fernando, que assumiu o comando-chefe do exército, retardou ou anulou algumas adesões, e nos meados do mês a empresa parecia votada ao fracasso, tendo Saldanha chegado a retirar-se para a Galiza. Mais tarde explicaria a D. Pedro V que o fez para não ser obrigado a encabeçar uma insurreição militar-popular que estava iminente e que apenas abortou por ele ter recusado emprestar-lhe a sua espada. «Naquele tempo, fiz mais pela rainha e pela sua augusta família do que teria feito pela minha própria mulher e pela minha única filha. Por elas, eu teria exposto a minha vida: nessa ocasião, eu arrisquei a perda de tudo por quanto tenho lutado constantemente: isto é, possuir, nas páginas da história do meu País, um nome honrado⁵¹.» Não aspirava a riquezas; no fim da vida, segundo dizia com orgulho, continuava «pobre». Aspirava à glória no presente e para a posteridade.

Assim que a vitória se desenhou no Porto e que Saldanha entrou na cidade (27 de Abril), pediu ao duque da Terceira que informasse «respeitosamente» a rainha «que não foi para preparar o regresso ao poder do conde de Tomar dentro de seis meses, ou de um ano, que ele tinha erguido a sua espada»⁵². A rainha compreendeu relutantemente, mas definitivamente, que tinha de abandonar o seu valido e rendeu-se sem condições: «Confio plenamente ao general e amigo do meu Pai, o futuro deste País e da Coroa⁵³.» Saldanha respondeu-lhe que ela podia confiar, pois o seu «objectivo leal, sincero e patriótico» fora o de «consolidar o trono de Sua Majestade». E acrescentou que para essa consolidação, e para a «paz e prosperidade» do país, muito bom seria que Sua Majestade tomasse a resolução de «imitar o exemplo dos soberanos ingleses, que são adorados pelos seus súbditos de todas as cores partidárias, contentando-se Vossa Majestade com reinar enquanto confia aos seus ministros a tarefa de governar»⁵⁴. Do alto de que pedestal falava ele esta linguagem tão pouco própria de um súbdito obediente? O exército disse-lhe que reconhecia nele «o intérprete generoso e fiel do desejo nacional»⁵⁵; Herculano exortou-o: «Marechal, marechal! Lembre-se que a sua vida, a sua segurança e liberdade, são a vida, a segurança e a liberdade do País»⁵⁶; e na proclamação da Câmara Municipal de Lisboa, em

⁵¹ P. 271, II, carta a D. Pedro V, sem indicação de data.

⁵² P. 273, II, carta de 28-4-1951.

⁵³ P. 278, II, carta da rainha para Saldanha de 1-5-51.

⁵⁴ PP. 279-280, II, carta de Saldanha à rainha de 4-5-51.

⁵⁵ P. 282, II, carta do barão de Leiria para Saldanha escrita nos primeiros dias de Maio (sem indicação precisa de data).

⁵⁶ P. 287, II, carta de Herculano para Saldanha escrita nos primeiros dias de Maio (sem indicação de data precisa).

que Saldanha era comparado a Washington, dizia-se que o duque «personifica as aspirações de Portugal»⁵⁷. Estava, pois, selada a identificação de Saldanha com a causa da pátria, as vidas de ambos confundiam-se num só destino comum. Ou, pelo menos, era esta a lenda que o próprio fabricou e vivia.

Presidiu ao ministério da Regeneração até Junho de 1856, quando a situação caiu. A duquesa morrera em Agosto do ano anterior. Viúvo e livre de responsabilidades políticas, o duque vivia agora retirado em Sintra. Deitava-se às 9 da noite e levantava-se às 4 da manhã. Passava os dias a escrever, a ler e a passear a pé. Começou a ser assediado por pais de filhas casadoiras e até por «padres representando senhoras de idade mais madura»; algumas destas dispensavam intermediários e ofereciam-se pessoalmente. Nenhuma tocou o coração do duque. No final de Julho decidiu ir a Londres pedir a mão da irmã de Athelstane. No dia a seguir ao casamento, que teve lugar em Paris a 12 de Setembro, escreveu ao cunhado: «Sou o homem mais feliz do mundo»⁵⁸.» A lua-de-mel continuou em Lisboa, onde o casal regressou em 14 de Novembro. Dias depois escreveu a D. Pedro V: «Deus permita que eu continue desligado dos negócios públicos; no gozo da tranquilidade de espírito; e dos prazeres da felicidade doméstica que eu agora possuo»⁵⁹.» Diz Carnota que o duque parecia ter rejuvenescido vinte anos. Cavalgava pela cidade, acompanhado pela mulher e filha, seguido «por um numeroso grupo de ajudantes de campo e ordenanças» e ainda por muitos amigos. Ou então, mais discretamente, conduzia ele próprio a mulher «numa pequena carruagem aberta», sem o acompanhamento «sequer de um criado». Nos intervalos dedicava-se à literatura⁶⁰. Também continuou a interessar-se pelo estudo da homeopatia, cuja introdução em Portugal recomendou vivamente a Loulé, que era então o presidente do governo. Do seu labor resultou uma obra de 153 páginas, *Estado da medicina em 1858*, o lançamento de um *jornal homeopático* e a criação de um «consultório homeopático», cujo médico ele remunerava mensalmente do seu bolso.

Entretanto, redesperta para a política. Aos seus olhos, e aos de Carnota, dois anos tinham bastado para que a obra governativa de Saldanha fosse deitada a perder pela inépcia dos governos, que não faziam cumprir as leis e permitiram o restabelecimento das velhas práticas de corrupção eleitoral. Em Novembro de 1859, a oposição regeneradora sondou a disponibilidade do marechal para chefiar um ministério e ele, sempre disposto a «oferecer o sacrifício de si próprio», não se pôs de fora⁶¹. D. Pedro V convidou-o a

⁵⁷ P. 298, II.

⁵⁸ P. 334, II.

⁵⁹ P. 337, II, carta de Novembro, sem indicação de data precisa.

⁶⁰ P. 338, II.

⁶¹ P. 346, II, carta a Aguiar, Fontes e R. Sampaio de Novembro de 1859, sem indicação

formar governo, talvez porque a doença do duque da Terceira fizesse antever uma próxima mudança de gabinete. Mas Saldanha respondeu-lhe que só aceitaria desde que ele renunciase a governar e se limitasse a reinar⁶². Nada estava menos nos propósitos do jovem rei, que chegava a «descer da sua alta posição de rei — não à de secretário de Estado, mas ao nível de chefe de repartição»⁶³. O convite não levou a nada, mas Saldanha continuou atento e disponível. Converteu-se numa alternativa a todas as situações, ou no símbolo dela. Qualquer palavra que dissesse, qualquer gesto que fizesse, desestabilizava. Pairava acima dos partidos e tinha popularidade a todos os níveis da sociedade. Aos poucos, foi ganhando especial atractivo para todos aqueles que, desencantados com a inoperância e as desordens do parlamentarismo e dos políticos, depositavam as suas esperanças numa solução autoritária. Em Março de 1861, em clima de grande agitação radical, o povo de Lisboa realizou o seu segundo *meeting* e acabou a entregar em casa do marechal uma petição ao rei para que este mudasse o ministério. Quebrando todas as praxes constitucionais, Saldanha não apenas acolheu a petição popular, como passou por cima do governo e no dia seguinte entregou-a pessoalmente a D. Pedro V. Com isto deu um público sinal de que continuava a velar pela pátria e disponível para a salvar. Carnota achou tudo naturalíssimo, mas na altura os partidos acharam que a sua «existência constitucional» estava «ameaçada».

Nos finais de 1862 aceitou a nomeação para embaixador em Roma. No dia 19 de Janeiro do ano seguinte verificou-se a sua primeira recepção oficial pelo papa. À noite recebeu magnificamente perto de 300 pessoas, que nos bailes dados pela embaixatriz chegavam às 700. Na Páscoa iniciou um ritual que depois repetiria todos os anos: na igreja portuguesa de Santo António lavou os pés, de joelhos, a doze peregrinos com a mesma naturalidade com que num baile em casa da princesa Borghese, reluzindo de condecorações, espantava os presentes com os seus dotes de dançarino, apesar da já avançada idade. Era famoso, admirado e amado por toda a gente: «desde o incomparável Pio IX», que chegou a recebê-lo no seu gabinete privado informalmente vestido, «até aos pedintes da rua, sou sinceramente estimado»⁶⁴. Não queria deixar Roma, onde, além do mais, lhe sobrava tempo «para pensar na eternidade»⁶⁵. Mas, é claro, «se surgirem circunstâncias de molde a convencerem-me que ainda posso prestar um serviço importante ao meu País, não hesitarei um só momento, seja qual for o sacrifício»⁶⁶.

⁶² P. 48, II, carta de Saldanha para D. Pedro V, sem indicação precisa de data.

⁶³ Id., *ibid.*

⁶⁴ P. 369, II, carta a Casal Ribeiro de meados de 1867.

⁶⁵ P. 358, II.

⁶⁶ *Ibid.*, carta de 14-10-63 escrita de Paris a uns amigos que tinham reclamado a sua presença em Portugal.

Em Maio de 1865 veio a Portugal. A chegada a Lisboa, diz Carnota, «foi mais como a entrada triunfal de um conquistador do que como o simples regresso de um embaixador do seu posto»⁶⁷. Foi-lhe oferecida a presidência de um governo em que Sá da Bandeira ficaria com a pasta da Guerra. Só aceitaria se o rei assumisse, «por um determinado tempo, certos poderes extraordinários»⁶⁸, ou seja, se fosse concedida ao governo uma ditadura legislativa que as Cortes, mais tarde, ratificariam. Mas era prematuro para executar o projecto ditatorial de 1870, pois ainda não estavam completamente esgotadas todas as combinações partidárias. Por ora a «fusão» de regeneradores e históricos (4-9-65/4-1-68) torná-lo-ia dispensável. Mas, depois da queda da «fusão», a sucessão de três governos em pouco mais de ano e meio deve ter convencido D. Luís de que homens e soluções normais estavam esgotados. Em Janeiro de 1869 o rei chamou Saldanha por telegrama para vir formar governo, o que em si mesmo era o mais evidente sinal de desnorte. Mas cumpre notar que muita gente, como dali a pouco se veria, aprovava a medida. O marechal, que ia completar 80 anos em Novembro, pôs-se a caminho ainda nesse mês.

Carnota não consegue explicar nem documentar as peripécias que se seguiram. Com data de 14 de Janeiro, Saldanha recebeu outra mensagem do rei em que este lhe dizia que as «circunstâncias», entretanto, «tinham mudado». A esta seguiu-se uma terceira mensagem, datada de 16 de Janeiro, quando Saldanha já estava em Marselha, e a que este respondeu agradecendo ao rei tê-lo libertado do maior dos sacrifícios que se lhe podia ter pedido⁶⁹. Foi-lhe então oferecida a embaixada de Paris, onde o duque chegou em meados de Fevereiro e foi logo recebido por Napoleão III. O imperador desejava que D. Luís aceitasse a coroa de Espanha a fim de evitar que a dinastia alemã dos Hohenzollern se instalasse no trono de Espanha, que era algo que ele não toleraria⁷⁰. O marechal Prim e o embaixador Olozaga inclinaram-se mais para D. Fernando, e Saldanha escreveu-lhe a pedir que, a bem de Portugal, da Espanha e da Europa, aceitasse a coroa espanhola. Convencido de que deste modo se evitaria uma república em Espanha e uma guerra franco-alemã na Europa, Saldanha chega a Lisboa em 30 de Outubro de 1869.

Foi recebido, mais uma vez, como um conquistador triunfante. Centenas de pessoas, inúmeros oficiais e o próprio D. Luís foram cumprimentá-lo à sua residência de Lisboa, no Pátio do Geraldês. Dali a pouco começava a desenhar-se a sedição. No dia 5 de Dezembro, os generais e a maior parte dos oficiais da guarnição da capital foram a casa do marechal apresentar cumprimentos formais. O governo reagiu, transferindo alguns deles, e Saldanha

⁶⁷ P. 364, II.

⁶⁸ P. 367, II.

⁶⁹ Pp. 374-375, II.

⁷⁰ Pp. 377-378, II (cf. carta de Saldanha para D. Luís de 25-2-69).

foi convidado a regressar a Paris. Declinou e foi exonerado do cargo. Em Maio de 1870 repetiu-se o cenário de 1851: havia, alegadamente, planos para desencadear «em várias províncias» um movimento revolucionário «cujas consequências podiam ter sido fatais à dinastia caso Saldanha não tivesse persuadido os promotores a abandonarem o projecto, com base na promessa de que ele próprio garantiria a demissão do ministério impopular»⁷¹.

No dia 18 de Maio dirigiu-se ao palácio da Ajuda e tentou persuadir D. Luís a mudar o governo. Perante a recusa inabalável do rei, viu-se então compelido a «impedir uma revolução que me obrigaria a tornar-me regente»⁷². Na noite de 18 para 19 de Maio começou um movimento insurreccional no Castelo de S. Jorge. Na madrugada de 19, parte de Caçadores 5, Artilharia 3 e Cavalaria 7, comandados por Saldanha, apresentaram-se diante do palácio real⁷³. Foi recebido pelo rei e os dois homens tiveram um encontro «muito amigável». Rodeado de força armada, D. Luís acedeu a demitir o «ministério impopular». Mal raiava a manhã, já o caso estava arrumado. Carnota conclui que o marechal «uma vez mais salvou o país da anarquia». Saldanha achou que o tinha salvo de algo mais. Numa circular que expediu ao corpo diplomático português no estrangeiro explicava que tinha, em vão, apontado ao rei o exemplo de «Carlos X e Polignac, de Luis-Filipe e Guizot, de Isabel II e Gonzalez Bravo»; que o objecto da revolução que se tramava era «a abdicação de Sua Majestade» e «a regência» dele; e que ele, como já fizera em 1851, resolvera «expor a [minha] vida, e até a [minha] reputação, para salvar» o rei. Finalmente, dizia ainda que agradecia à «Divina Providência» por lhe ter permitido, «no ocaso da vida», contribuir uma vez mais «para reforçar o trono do sr. D. Luís e da sua dinastia»⁷⁴.

Por trás deste rocambolesco golpe de Estado havia ainda (ou sobretudo?) a questão da sucessão espanhola, determinante do futuro das relações franco-prussianas e, por extensão, da paz na Europa. Ora o golpe de Maio é apresentado por Carnota como unicamente originado na determinação de Saldanha em evitar «uma guerra civil [portuguesa] que estava iminente»⁷⁵, deste modo impedindo o leitor de perceber os contornos exactos da relação entre as questões internas e externas. Certo é que Saldanha, em 9 de Julho, escreveu a D. Fernando implorando-lhe que aceitasse a coroa espanhola e que se submetesse aos desígnios de «Deus», que o tinha colocado na posição de, «com uma simples palavra», evitar «os horríveis males que ameaça[va]m a Europa»⁷⁶. É também certo que se encetaram negociações ao mais alto

⁷¹ P. 387, II.

⁷² P. 392, II, palavras reportadas por Carnota.

⁷³ P. 392, II.

⁷⁴ Pp. 400-401, II.

⁷⁵ *Ibid.*, p. 401, II.

⁷⁶ P. 406, II.

nível para concretizar esta hipótese e que o próprio D. Fernando se inclinou a aceitar a coroa de Espanha, embora com condições impreteríveis que, não tendo depois sido aceites pelo governo de Madrid, inviabilizaram definitivamente a sua candidatura. Entretanto, também chegou a notícia de que o príncipe de Hohenzollern-Sigmaringen tinha, afinal, abandonado a corrida, o que aplanava o caminho para uma solução que fosse tolerável tanto para a Espanha como para a França. Certo é ainda, finalmente, que em meados de Agosto Saldanha deu o caso por encerrado, que a 29 desse mês abandonou o ministério e que dali a pouco aceitou a embaixada de Londres, para onde partiu em 10 de Setembro.

A seu pedido, a embaixada foi despromovida a simples legação, o que lhe deixava muito mais tempo livre para se dedicar a «vários trabalhos literários». Nos últimos anos da vida acentuou-se o seu pendor algo beato que já antes se revelara. Escreveu vários opúsculos de cariz místico-religioso, entre os quais a *Necessidade da acção católica* (1871), numa «tentativa de combater o ateísmo», que, infelizmente, era a marca dos tempos. Continuava pobre e, com o pressentimento de que o fim da vida se aproximava, pediu ao governo português que por sua morte concedesse à duquesa uma pensão de 6 contos por ano. Adoeceu gravemente em 17 de Novembro de 1876, na véspera de completar 86 anos. Ao fim da tarde do dia 18 recebeu a extrema-unção e disse as últimas palavras que pronunciou neste mundo: «Graças a Deus.» Mergulhou em inconsciência durante três dias e três noites e morreu no dia 21 de Novembro, às 10 horas da manhã. O funeral apoteótico que lhe prepararam em Lisboa parecia de facto destinado a imortalizar o seu nome e glória. Teve todas as honras de família real — aliás, tinha recebido em vida a distinção raríssima de ser oficialmente considerado seu «parente» — e contou com a presença excepcional do rei D. Luís e de seu pai, D. Fernando. Foi sepultado no panteão de São Vicente de Fora. «De tais homens», escreveu o jornal *A Revolução de Setembro*, «não se pode dizer que eles morrem. Embora perdido para nós, os seus nomes vivem eternamente na história dos seus países [...] inclinamo-nos com respeito perante a sua memória⁷⁷.» Desaparecera um herói e quase um santo.